



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.8



Processo nº: 20.975/13 (7 volumes)

Jurisdicionada: Polícia Civil do Distrito Federal – PCDF

Assunto: Auditoria de Regularidade

Órgão Técnico: Secretaria de Fiscalização de Pessoal – SEFIPE

MP: Procurador DEMÓSTENES TRES ALBUQUERQUE

Advogado: Dr. Igor Lopes Carvalho (OAB/DF 25.434)

Sessão: Pauta nº 35, S.O. nº 4956, de 30.5.2017

Publicação: DODF nº 100, de 26.5.2017, pág. 22

Ementa: Auditoria realizada, em 2013, na Polícia Civil do Distrito Federal, com o fim de averiguar a regularidade dos aspectos financeiros da folha de pagamento dos servidores ativos, inativos e pensionistas e os seus reflexos funcionais e financeiros.

Recomendações e determinações à jurisdicionada (Decisão nº 1.211/14-CPM). Cumprimento parcial.

Reiteração da diligência e cientificação dos Srs. Euler Costa Vidigal e José Henrique da Silva para que optem por uma das aposentadorias (Decisão nº 4.016/14-CPM reiterada pela Decisão nº 855/15-CPM).

Embargos de Declaração opostos pelo Sr. José Henrique da Silva. Conhecimento e rejeição (Decisão nº 1.920/15-CPM).

Interposição de Pedido de Reexame e solicitação de prorrogação de prazo formulada pela Polícia Civil do DF. Conhecimento do apelo, no efeito suspensivo, e concessão da dilação (Decisão nº 2.897/15-CPM). Desprovemento da peça recursal (Decisão nº 6.021/15-CIMF).

Remessa de documentos pela jurisdicionada.

Cumprimento da diligência direcionada à Polícia Civil do DF, cumprimento parcial da determinação exarada à Secretaria de Estado de Saúde – SES/DF e reiteração das determinações ainda pendentes (Decisão nº 3.245/16-CPM).

Pedido formulado pelo Sr. José Henrique da Silva, requerendo o sobrestamento da Decisão nº 3.245/16-CPM



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.8



até o deslinde da ação judicial impetrada junto ao Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios – TJDF. Solicitação da Polícia Civil do DF, requerendo manifestação desta Corte quanto ao pedido do servidor. Indeferimento do pleito e reiteração das determinações à Polícia Civil do DF (Decisão nº 5.878/16-CPM).

Remessa de esclarecimentos.

PARECERES DIVERGENTES.

A Instrução sugere o cumprimento das diligências, determinações à Secretaria de Estado de Saúde e arquivamento dos autos.

O Ministério Público entende que o deslinde das medidas saneadoras, que se pretende determinar à Secretaria de Estado de Saúde, devem ser acompanhadas nestes autos e que o Tribunal deve tomar conhecimento da opção de aposentadoria adotada pelo servidor.

VOTO de acordo, em parte, com os Pareceres: cumprimento das diligências, determinações à Secretaria de Estado de Saúde, conhecimento da opção de aposentadoria adotada pelo servidor e arquivamento dos autos.

RELATÓRIO

Cuidam os autos de Auditoria de Regularidade realizada na Polícia Civil do Distrito Federal, em atendimento ao Plano Geral de Ação para o exercício de 2013, a fim de verificar a regularidade dos pagamentos de parcelas remuneratórias (subsídios) efetuados a servidores ativos, inativos e pensionistas; da acumulação de cargos; de pensões concedidas a filhas maiores e solteiras; bem como o cumprimento de determinações contidas em concessões julgadas ilegais e legais com recomendação posterior.

2. Constatadas irregularidades, na Sessão de 20.3.2014, o Tribunal, acolhendo Voto deste Relator, exarou a Decisão nº 1.211/14 (fls. 635/636), para determinar a jurisdicionada a adoção de diversas providências.

3. Visando atender a deliberação, a Polícia Civil do DF encaminhou o Ofício nº 2.647/2013-DGP (fl. 638) e anexos de fls. 639/782.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.8



4. Os esclarecimentos enviados foram examinados na Sessão de 14.8.2014, ocasião em que a Corte reiterou as diligências não atendidas, bem como determinou a cientificação dos Srs. Euler Costa Vidigal e José Henrique da Silva para que optassem por uma de suas aposentadorias (Decisão nº 4.016/14-CPM, fls. 798/799).
5. Em decorrência do decidido, os responsáveis apresentaram as alegações de defesa de fls. 845/903, 970/971 e 1.027/1.086.
6. Na sequência, Sessão de 17.3.2015, a Corte exarou a Decisão nº 855/15-CPM (fls. 1.134/1.135), **in verbis**:

DECISÃO Nº 855/2015-CPM

*“O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I – tomar conhecimento dos documentos de fls. 802/1102; II – ter por parcialmente cumprida a Decisão nº 4.016/14; III – **determinar à Polícia Civil do Distrito Federal** que, no prazo de 60 (sessenta) dias, dê fiel cumprimento: a) ao inciso III, item 1 da Decisão nº 4.016/14 no que se refere aos servidores Eustáquio Alberi de Carvalho e Ricardo Dias Caldeira, a fim de corrigir no SIAPE o percentual de ATS para 23% e 22%, respectivamente; b) inciso III, item 3 da Decisão nº 4.016/14 a fim de encaminhe o resultado da apuração dos processos de acumulação dos servidores Ana Maria Cabral Ribeiro, Edmilson Mendes Coutinho, Elvis Adriano da Silva Oliveira, Gilberto Pereira Alves, Ricardo Leite Santos Medeiros, Márcia Cristina Barros e Silva dos Reis, Márcia Schelb, Marco de Agassiz Almeida Vasques e José Ribamar Sousa Machado Filho a esta Corte de Contas para conhecimento, atentando-se para o conteúdo do § 7º do artigo 133 da Lei nº 8.112/90 ; c) inciso IV da Decisão nº 4.016/14 no sentido de esclarecer à jurisdicionada que é imprescindível para regularidade dos processos apuratórios relativos a acumulação de cargos a avaliação da compatibilidade horária, nos termos do art. 37, inciso XVI, da Constituição Federal, motivo pelo qual deve obter, junto ao servidor ou junto ao outro órgão/entidade empregador, informações acerca da carga horária lá exercida; IV – **considerar improcedentes as alegações apresentadas pelos servidores Euler Costa Vidigal e José Henrique da Silva**; V – **determinar à Polícia Civil do Distrito Federal** que, no prazo de 60 (sessenta) dias: a) dê ciência ao servidor Euler Costa Vidigal acerca da inviabilidade da manutenção de tripla acumulação de aposentadoria, à vista do disposto no art. 37, inciso XVI, da Constituição Federal, fixando-lhe prazo para comprovar que deixou de perceber estipêndios de uma delas, a teor da opção já externada junto à Polícia Civil do Distrito Federal; b) cientifique o servidor José Henrique da Silva acerca da impossibilidade da manutenção da acumulação de proventos, à vista do disposto no art. 11 da EC nº*



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.8

Fls.: ____

Proc.: 20.975/13

Rubrica

20/1998 e o que consta na Decisão nº 3.034/14, fixando-lhe prazo para optar por uma das aposentadorias, atentando para os prazos estabelecidos no art. 133 da Lei nº 8.112/90; c) encaminhe ao Tribunal a documentação que comprove a efetividade das medidas constantes nas alíneas superiores; d) confirme junto à Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal a ocorrência da devolução dos valores percebidos em duplicidade pelos servidores Alexandre França Ricciardi, Simone Correa Rosa, Erudith Mendes Rocha Curado, Márcia Schelb, Cristiane Alves Costa, Elvis Adriano da Silva Oliveira, Marise Helena Frigini da Silva, Ricardo César Frade Nogueira, Vilson de Matos Lima e Cristiano Gonçalves Fleury Curado, dando ciência ao Tribunal; e) informe quanto ao servidor José Geraldo de Andrade Júnior a decisão do recurso interposto no Processo nº 052.000.763/2014, bem como as providências decorrentes; f) oportunize, no processo administrativo regular, o exercício do contraditório e da ampla defesa às pensionistas Miriam da Silva Freitas e Simone Cristina Vaz Velloso ante fortes indícios de que as pensionistas conviveram, respectivamente, em estado de união estável com os Srs. Gleirison Caixeta e Gilberto de Oliveira Soares, e que destes relacionamentos foram gerados filhos. Se for o caso, proceda ao cancelamento dos benefícios, bem como tome as devidas providências subsequentes; g) adote as providências de sua alçada com o fito de verificar a real situação da pensionista Tathiane Melo Meneses, tendo em conta denúncia apresentada junto à Polícia Civil do Distrito Federal de que vive ou já viveu em estado de união estável, informando esta Corte de Contas do resultado da apuração; **VI – determinar à Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal** que, no prazo de 60 (sessenta) dias, informe acerca da devolução dos valores percebidos em duplicidade pelos servidores Alexandre França Ricciardi, Simone Correa Rosa, Erudith Mendes Rocha Curado, Márcia Schelb, Cristiane Alves Costa, Elvis Adriano da Silva Oliveira, Marise Helena Frigini Da Silva, Ricardo César Frade Nogueira, Vilson de Matos Lima E Cristiano Gonçalves Fleury Curado, disso dando ciência ao Tribunal; **VII – alertar a Polícia Civil do Distrito Federal** de que o descumprimento imotivado ou reiterado de decisões do Tribunal poderá ensejar a aplicação da multa prevista nos incisos IV e VII do art. 57 da Lei Complementar nº 1/94; **VIII – autorizar:** a) a remessa de cópia da Informação de fls. 1103/1107, do Parecer nº 177/15 (fls. 1117/1120), do relatório/voto do Relator e desta decisão à Polícia Civil do Distrito Federal; b) o retorno dos autos à Secretaria de Fiscalização de Pessoal, para os devidos fins.

Presidiu a sessão o Presidente, Conselheiro RENATO RAINHA. Votaram os Conselheiros MANOEL DE ANDRADE, INÁCIO MAGALHÃES FILHO, PAULO TADEU e PAIVA MARTINS. Participou o representante do MPJTDF Procurador-Geral DEMÓSTENES TRES ALBUQUERQUE. Ausente a Conselheira ANILCÉIA MACHADO.”



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.8



7. Ato contínuo, o Sr. José Henrique da Silva opôs os Embargos de Declaração de fls. 1138/1140, os quais foram conhecidos e rejeitados por inexistir obscuridade, dúvida, contradição ou omissão na deliberação recorrida (Decisão nº 1.920/15-CPM, fl. 1.147).

8. Irresignado com os termos do **decisum**, o Sr. José Henrique da Silva interpôs o Recurso de Reexame de fls. 1.236/1.244, que teve o provimento negado na Sessão de 10.12.2015 (Decisão nº 6.021/15-CIMF, fl. 1395).

9. Prosseguindo, a Polícia Civil e a Secretaria de Estado de Saúde, em cumprimento a diligência contida na Decisão nº 855/15-CPM, encaminharam os Ofícios nºs 1.033/2015-DGP (fls. 1149/1231), 89/2015-DGP (fls. 1232/1235), 1580/2015-DGP (fls. 1258/1369) e 2.338/2015-SES (fls. 1397/1418).

10. O Tribunal, na Sessão Ordinária de 23.6.2016, considerou cumprida a diligência direcionada à Polícia Civil do DF, parcialmente cumprida a direcionada à Secretaria de Estado de Saúde – SES/DF e reiterou determinações ainda pendentes (Decisão nº 3.245/16-CPM, fl. 1439).

11. Posteriormente foram protocolados na Corte os seguintes documentos:

a) petição subscrita pelo representante legal do Sr. José Henrique da Silva (fls. 1.442/1.445), Dr. Igor Lopes Carvalho (OAB/DF nº 25.434), requerendo o sobrestamento da Decisão TCDF nº 3.245/16-CPM até o deslinde da ação judicial ajuizada junto ao Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios – TJDFT;

b) Ofício nº 1722/2016-DGP da Polícia Civil do DF, solicitando manifestação por parte deste Tribunal quanto ao pedido do servidor suso nominado (fls. 1446/1462).

12. Em 17.11.2016, o Tribunal, acolhendo Voto deste Relator, exarou a Decisão nº 5.878/16 (fl. 1.476), **in verbis**:

DECISÃO Nº 5.878/16 (CPM)

*“O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I – conhecer: a) do pedido apresentado pelo servidor José Henrique da Silva, **indeferindo-o por falta de amparo na legislação de regência**; b) do expediente protocolado pela Polícia*



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.8

Fls.: _____

Proc.: 20.975/13

Rubrica

Civil do Distrito Federal (fls. 1.446/1.462); II – reiterar à Polícia Civil do Distrito Federal que, no prazo de 30 (trinta) dias, cumpra o inteiro teor da Decisão nº 855/15, de modo a cientificar o servidor José Henrique da Silva acerca da impossibilidade da manutenção da acumulação de proventos, à vista do disposto no art. 11 da EC nº 20/98 e do que consta na Decisão nº 3.034/14, fixando-lhe o prazo de 10 (dez) dias, conforme estabelece o art. 133 da Lei nº 8.112/90, para optar por uma das aposentadorias, alertando-o acerca da impossibilidade de sobrestar o cumprimento da Decisão nº 3.245/16, haja vista que não sobreveio qualquer decisão judicial nesse sentido nos autos da Ação nº 0717337-85.2016.8.07.0015 ajuizada perante o TJDF; III – dar conhecimento desta decisão ao autor do pleito e ao seu representante legal; IV – autorizar o retorno dos autos à Secretaria de Fiscalização de Pessoal, para adoção das providências de sua alçada.

Presidiu a sessão o senhor Presidente, Conselheiro RENATO RAINHA. Votaram a Conselheira ANILCÉIA MACHADO e os Conselheiros INÁCIO MAGALHÃES FILHO, PAULO TADEU, PAIVA MARTINS e MÁRCIO MICHEL. Participou o representante do MPJTCDF Procurador DEMÓSTENES TRES ALBUQUERQUE. Ausente o Conselheiro MANOEL DE ANDRADE.”

13. Em atenção ao decidido, a Jurisdicionada encaminhou os documentos de fls. 1.500/1.503.

MANIFESTAÇÃO DO ÓRGÃO INSTRUTIVO

14. O Corpo Técnico, por meio da Informação de fls. 1.518/1.526, de 12.4.2017, analisa a matéria nos termos seguintes:

“2. Nesta oportunidade, examina-se o cumprimento da Decisão nº 3245/2016 (fl. 1439), parcialmente reiterada pela Decisão nº 5878/2016 (fl. 1476).

3. Na Decisão nº 3245/2016, o Tribunal havia determinado providências saneadoras à Polícia Civil (item III) e à Secretaria de Saúde (item IV).

4. Em relação ao disposto para a corporação policial, o interessado, José Henrique da Silva, requereu o sobrestamento da medida, haja vista ter ajuizado Ação Declaratória com Pedido de Antecipação de Tutela no egrégio TJDF (Ação nº 0717337-85.2016.8.07.0015), com vistas a suspender o cumprimento do determinado e, no mérito, reformar o decidido pela Corte de Contas (fls. 1442/1462).

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.8

Fls.: ____

Proc.: 20.975/13

Rubrica

A ação foi redistribuída a uma Vara de Fazenda Pública por ter o magistrado da Vara de Ações Previdenciárias declinado da competência (fl. 1469).

5. Nesse contexto, a Casa deliberou por conhecer do pleito do servidor, mas indeferi-lo à minguada de amparo legal, bem como pela ausência de deliberação nesse sentido no aludido feito judicial (Decisão nº 5878/2016 – fl. 1476). Na ocasião, foi também reiterada a determinação contrastada.

6. Em consulta ao sítio do TJDFT na rede mundial de computadores, constatou-se que o tema passou a ser tratado no Processo nº 2016.01.1.105580-3, o qual ainda tramita, em fase de saneamento (fl. 1507).

7. Desse modo, permanece hígido o prescrito nas retrocitadas decisões, in verbis:

Decisão nº 3245/2016

...

III – determinar à Polícia Civil do Distrito Federal que, no prazo de 60 (sessenta) dias, em face da Decisão nº 6.021/15, dê continuidade a providência determinada no inciso V, alínea “b”, da Decisão nº 855/15, de modo a cientificar o servidor José Henrique da Silva acerca da impossibilidade da manutenção da acumulação de proventos, à vista do disposto no art. 11 da EC nº 20/1998 e o que consta na Decisão nº 3.034/14, fixando-lhe o prazo de 10 (dez) dias, conforme estabelece o art. 133 da Lei nº 8.112/90, para optar por uma das aposentadorias;

Decisão nº 5878/2016

...

II – reiterar à Polícia Civil do Distrito Federal que, no prazo de 30 (trinta) dias, cumpra o inteiro teor da Decisão nº 855/15, de modo a cientificar o servidor José Henrique da Silva acerca da impossibilidade da manutenção da acumulação de proventos, à vista do disposto no art. 11 da EC nº 20/98 e do que consta na Decisão nº 3.034/14, fixando-lhe o prazo de 10 (dez) dias, conforme estabelece o art. 133 da Lei nº 8.112/90, para optar por uma das aposentadorias, alertando-o acerca da impossibilidade de sobrestar o cumprimento da Decisão nº 3.245/16, haja vista que não sobreveio qualquer decisão judicial nesse sentido nos autos da Ação nº 0717337-85.2016.8.07.0015 ajuizada perante o TJDFT;

8. Em atenção ao deliberado, a corporação encaminhou o Ofício nº



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.8



04/2017 - DGP (fl. 1497) solicitando dilação de prazo para atendimento. Ato contínuo, foi enviado o Ofício nº 58/2017 – DGP (fl. 1500), noticiando a opção feita pelo servidor, acompanhado dos respectivos documentos comprobatórios (fls. 1501/1503).

9. Não obstante a pendência de processo judicial, o interessado optou pela inativação junto à Secretaria de Saúde do DF (fl. 1503), sendo tornada sem efeito a concessão da Polícia Civil (fls. 1501/1502).

10. Demanda análise ainda o determinado na Decisão nº 3245/2016 (fl. 1439), nos seguintes termos:

...

IV – determinar à Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal que, no prazo de 60 (sessenta) dias, conclua as providências necessárias ao cumprimento do inciso VI da Decisão nº 855/15 e informe:

a) o período de apuração considerado;

b) o somatório, por exercício, dos valores percebidos a título de auxílio-alimentação;

c) os índices de atualização empregados no cálculo do valor a ser ressarcido, em face de divergência apurada pela Unidade Técnica do Tribunal, em relação aos valores noticiados nos documentos enviados em anexo ao Ofício nº 2.338/2015-GAB/SES;

11. Em atendimento, a Secretaria, com vistas ao atendimento ao determinado, por meio do Ofício nº 2169/2016-GAB/SES (fl. 1481), encaminhou a documentação pertinente (fls. 1482/1496).

12. Destaca-se a peça de fl. 1482 consistente em mídia (CD) com cópias no formato PDF dos processos individuais autuados para fins de ressarcimento dos valores de Auxílio-Alimentação indevidamente percebidos.

13. Constam ainda quadros resumo das devoluções (fls. 1483 e 1488/1490) e fichas financeiras de 4 (quatro) servidores que teriam quitado o total do débito mediante os descontos na folha de pagamento (fls. 1484/1487).

14. As respostas às indagações a respeito do cálculo do devido encontram-se no quadro sintético no expediente de fls. 1491/1496.

15. Quanto à alínea “a”, foram informados os períodos de apuração considerados. De acordo com consulta efetuada no SIGRH, eles estão corretos, à exceção do de Erudith Mendes Rocha Curado, mat. nº 164015-1, no qual foram considerados os valores recebidos desde janeiro de 2011. O marco inicial para o cálculo, a teor da



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.8

Fls.: _____

Proc.: 20.975/13

Rubrica

Decisão nº 1211/2014, inciso V, alínea “d” (fl. 635/636), é março de 2011, data da publicação da Decisão nº 485/2011.

16. No que tange à alínea “b”, foram relacionados os somatórios dos valores a ressarcir por exercício. No informado, os totais de 6 (seis) servidores apresentam incorreções, colacionadas na tabela seguinte:

Mat. nº	Nome	Valor original da SES (R\$)	Valor original Correto (R\$)	Diferença (R\$)
127860-6	ALEXANDRE FRANCA RICCIARDI	13.466,28	13.467,68	- 1,40
128100-3	CRISTIANE ALVES COSTA	8.972,00	9.041,00	- 69,00
164015-1	ERUDITH MENDES ROCHA CURADO	13.845,32	13.518,32	+327,00
129521-7	MARISE HELENA FRIGINI DA SILVA	8.972,00	9.041,00	- 69,00
131495-5	RICARDO CESAR FRADE NOGUEIRA	8.972,00	9.041,00	- 69,00
129558-6	VILSON DE MATOS LIMA	8.972,00	9.041,00	- 69,00

17. As diferenças de R\$ 69,00 (sessenta e nove reais) se referem a diferença de Auxílio-alimentação pagas aos servidores em junho de 2013, correspondendo a diferença entre o valor da parcela atualizado pela Lei nº 5.108/2013 (R\$ 373,00) e o anterior (R\$ 304,00). Esse valor não foi contado no somatório feito pela Secretaria.

18. O valor de R\$ 1,40 (um real e quarenta centavos) resulta de outros equívocos. Aqui também não foi contado o acerto de R\$ 69,00 (sessenta e nove reais), mas nos meses de setembro de 2013 e janeiro de 2014, o interessado recebeu R\$ 339,20 (trezentos e trinta e nove reais e vinte centavos), a título de Auxílio-alimentação, e o órgão de origem considerou R\$ 373,00 (trezentos e setenta e três reais). Assim, foi contado a mais R\$ 67,60 (sessenta e sete reais e sessenta centavos), correspondendo a 2x 33,80, e não computado R\$ 69,00 (sessenta e nove reais), o que resulta na diferença apurada.

19. O saldo de R\$ 327,00 (trezentos e vinte e sete reais) decorre do erro apontado a respeito do período de apuração. Nesse caso, ao invés de março, foi iniciado em janeiro de 2011. Desse modo, foi acrescentado indevidamente R\$ 396,00 (trezentos e noventa e seis reais), mas, igualmente, não foi incluído o acerto de R\$ 69,00 (sessenta e nove reais), resultando na divergência verificada.

20. Com relação à alínea “c”, foi noticiado o uso dos parâmetros definidos na Decisão nº 3013/2011 da Corte, a qual versa sobre a incidência de correção monetária e juros moratórios sobre débitos reconhecidos administrativamente, para atualização dos valores encontrados.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.8

Fls.: _____

Proc.: 20.975/13

Rubrica

21. Na análise feita anteriormente (fls. 1422/1423), em que foram encontrados valores diversos, foi empregado o SINDEC, para a atualização monetária, nos termos da LC nº 435/2001 e Emenda Regimental nº 13/2003, para atualização até o ano de 2015.

22. Além disso, compulsando os processos individuais dos servidores, verificou-se que a correção feita pela Gerência de Acompanhamento do Cadastro Financeiro e da Folha de Pagamento (fls. 1491/1493) foi feita até 30/11/2014, embora os descontos tenham se iniciado em meados de 2015.

23. As diferentes metodologias adotadas, além dos erros no levantamento dos valores pagos originariamente, redundaram nas divergências apontadas, as quais pelas suas impropriedades resultaram atualizações a menor.

24. Ademais, nos valores informados pela Secretaria também foram observadas algumas diferenças, conforme se demonstra, na tabela a seguir:

Mat. nº	Nome	Valor atualizado pela SES ¹ (R\$)	Valor do ressarcimento total ou parcial ² (R\$)	Diferença (R\$)
127860-6	ALEXANDRE FRANCA RICCIARDI	15.079,88	15.079,88	0,00
128100-3	CRISTIANE ALVES COSTA	10.371,06	10.371,06	0,00
1658675-1	CRISTIANO GONCALVES FLEURY CURADO	2.421,11	2.421,11	0,00
129217-X	ELVIS ADRIANO DA SILVA OLIVEIRA	10.041,75	10.098,96	+57,21
164015-1	ERUDITH MENDES ROCHA CURADO	Valor pago sem correção	13.845,32	0,00
185964-1	MARCIA SCHELB	15.228,95	15.687,41	+458,46
129521-7	MARISE HELENA FRIGINI DA SILVA	10.371,06	10.371,06	0,00
131495-5	RICARDO CESAR FRADE NOGUEIRA	10.371,06	10.970,74	+599,68
137951-8	SIMONE CORREA ROSA	15.228,95	15.489,27	+260,32
129558-6	VILSON DE MATOS LIMA	10.371,06	10.371,06	0,00

1 Informação da GEFOP (fls. 1491/1493).

2 Anexos do Ofício nº 2169/2016-GAB/SES (fls. 1483 e 1488/1490).

25. Sobre as diferenças a maior entre o valor corrigido e o para efeitos de ressarcimento cumpre esclarecer que se referem à atualização do saldo faltante a ressarcir de dezembro de 2015 para o ano de 2016.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.8



26. Quanto à efetivação do ressarcimento, foram verificadas ocorrências conforme segue.

27. Em consulta ao SIGRH, não foram constatadas restituições pertinentes a dois servidores.

28. O primeiro, Alexandre França Ricciardi, mat. nº 127860-6, solicitou a compensação dos débitos com créditos de exercícios anteriores a receber. Feitos os acertos, restou ainda um saldo a devolver de R\$ 7.066,74 (fl. 1508), do qual não se localizaram os descontos nas respectivas fichas financeiras, apesar de informação de que seria objeto de cobrança (fl. 1509).

29. A segunda, Marise Helena Frigini da Silva, mat. nº 129521-7, manifestou interesse em descontar o devido na forma da LC Nº 840/2011 (fl. 1510v), mas também não se verificaram débitos dessa espécie nas suas fichas financeiras, seja na Secretaria de Saúde, seja na Polícia Civil.

30. Por oportuno, cabe noticiar que ambos voltaram a receber o Auxílio-alimentação, respectivamente, em janeiro de 2016 e abril de 2015, haja vista terem se aposentado junto à Polícia Civil do DF (fls. 1511/1512).

31. A servidora Erudith Mendes Rocha Curado, mat. nº 164015-1, restituiu apenas o valor apurado pela jurisdicionada, mediante depósito no Fundo de Saúde do DF (fls. 1513/1515). A jurisdicionada considerou quitado o débito (fl. 1488). Cabe registrar que ela solicitou exoneração do cargo na Secretaria, com efeitos a contar de 21/11/2015 (fl. 1516).

32. O servidor Vilson de Matos Lima, mat. nº 129558-6, está ressarcindo o recebido em 30 (trinta) parcelas de R\$ 345,70, o que está em desacordo com o prescrito na LC nº 840/2011, segundo a qual as reposições devem ser feitas “em parcelas mensais iguais à décima parte do subsídio ou remuneração” (art. 119, § 1º, inciso II). (grifou-se)

33. No que pertine aos demais servidores, os descontos do apurado pela jurisdicionada se encerraram e os respectivos débitos foram considerados quitados (fls. 1483/1487).

34. Não obstante, faz-se necessário o saneamento das impropriedades apuradas.

35. Tendo em conta que a regularização em tela cabe à Secretaria de Saúde e não envolve a Polícia Civil do DF, o atendimento das medidas saneadoras pode ser objeto de análise em futura auditoria naquela Secretaria.

36. Por derradeiro, em auditoria realizada pela Controladoria-Geral do DF, versada no Processo nº 9196/2015, dentre outras matérias,



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.8



também se examinou o pagamento em duplicidade de Auxílio-alimentação a servidores da corporação policial, sendo exarada determinação nos termos seguintes:

Decisão nº 384/2017

...

III – determinar à PCDF que, no prazo de 60 (sessenta) dias, em relação ao “Auxílio-Alimentação” (item III.d da Decisão n.º 5.943/2015) percebido em duplicidade pelos servidores Alexandre Franca Ricciardi e Kesley Maciel Nunes Coelho, cesse o pagamento do benefício, e, quanto a estes e às servidoras Simone Correa Rosa e Marcia Schelb, faça o levantamento dos valores pagos indevidamente, adotando, ainda, providências para seu ressarcimento, medida que será objeto de acompanhamento no Processo n.º 20.975/2013;

37. À exceção de Kesley Maciel Nunes Fonseca, mat. nº 224523-X, as situações dos demais já foram examinadas. No caso desse servidor, a corporação fez cessar o pagamento da vantagem em março de 2016 e iniciou o ressarcimento em junho do mesmo ano (fl. 1517). Assim, a conclusão do procedimento pode ser verificada em futura auditoria.”

15. Concluindo, a Instrução sugere ao Tribunal:

“I. tomar conhecimento da instrução, bem assim dos documentos de fls. 1481/1514.

II. ter por cumpridos os itens III e IV da Decisão nº 3245/2016, reiterada parcialmente no item II da Decisão nº 5878/2016, bem como o item III da Decisão nº 384/2017.

III. determinar à Secretaria de Saúde que, observando os postulados do contraditório e da ampla defesa, adote as seguintes providências necessárias ao exato cumprimento da lei, o que será objeto de verificação em futura auditoria:

a) recalcule as atualizações monetárias dos valores recebidos em duplicidade, a título de Auxílio-alimentação, pelos servidores Alexandre Franca Ricciardi, mat. nº 27860-6, Cristiane Alves Costa, mat. nº 128100-3, Cristiano Goncalves Fleury Curado mat. nº 1658675-1, Elvis Adriano da Silva Oliveira, mat. nº 129217-X, Marcia Schelb, mat. nº 185964-1, Marise Helena Frigini da Silva, mat. nº 129521-7, Ricardo Cesar Frade Nogueira, mat. nº 131495-5, Simone Correa Rosa, mat. nº 137951-8 e Vilson de Matos Lima, mat. nº 129558-6, utilizando os critérios previstos na LC nº 435/2011 e Emenda Regimental nº 13/2003, atentando que a correção deve ser feita até a data do efetivo pagamento do



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.8

Fls.: _____

Proc.: 20.975/13

Rubrica

valor, efetuando os acertos devidos em razão do que for apurado;

b) inclua nos valores a ressarcir dos servidores Alexandre Franca Ricciardi, mat. nº 127860-6, Cristiane Alves Costa, mat. nº 128100-3, Marise Helena Frigini da Silva, mat. nº 129521-7, Ricardo Cesar Frade Nogueira, mat. nº 131495-5, e Vilson de Matos Lima, mat. nº 129558-6, o valor de R\$ 69,00 (sessenta e nove reais), recebido em junho de 2013, como diferença de Auxílio-alimentação, o qual deve ser devidamente corrigido monetariamente, consoante procedimento indicado na alínea “a”;

c) exclua da apuração do total a ser devolvido pela servidora Erudith Mendes Rocha Curado, mat. nº 164015-1, os valores pagos como Auxílio-alimentação referentes a janeiro e fevereiro de 2011, haja vista o prescrito na alínea “d”, do inciso V da Decisão nº 1211/2014; e

d) justifique ou retifique o valor das parcelas de devolução do servidor Vilson de Matos Lima, mat. nº 129558-6, em valor inferior à décima parte da sua remuneração, o que está em desacordo com o previsto no art. 119, § 1º, inciso II, da LC nº 840/2011.

IV. dar ciência a Polícia Civil do DF que a devolução dos valores indevidamente recebidos, a título de Auxílio-alimentação, pelo servidor Kesley Maciel Nunes Fonseca, mat. nº 224523-X, será verificada em futura auditoria.

V. autorizar:

a) a remessa de cópia da instrução à Secretaria de Saúde e à Polícia Civil do DF para conhecimento e subsidiar a adoção de providências determinadas.

b) As anotações pertinentes e posterior arquivamento.”

MANIFESTAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO

16. O Ministério Público junto a esta Corte de Contas, por meio do Parecer nº 381/17 (fls. 1.529/1.530-v), de 26.4.2017, da lavra do Procurador DEMÓSTENES TRES ALBUQUERQUE, diverge da proposta da Unidade Instrutiva. Do mencionado Parecer, destaco o seguinte trecho:

“9. Expostas as considerações externadas pela Unidade Técnica, de antemão, manifesto minha concordância com as conclusões



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.8



alcançadas, exceto quanto ao encaminhamento proposto.

10. As irregularidades inicialmente detectadas foram saneadas ao longo da tramitação do feito, restando pendente as determinações constantes da Decisão nº 3.245/2016. Relativamente ao seu cumprimento, de fato, como bem destacado pela Unidade Técnica, o servidor José Henrique da Silva optou por manter os proventos da aposentadoria efetivada pela SES/DF, tendo sido tornada sem efeito a concedida pela PCDF (Processos nºs 905/1978 e 2755/1990), devendo a Corte tomar conhecimento de tal ato.

11. Vale registrar que a aposentadoria concedida pela SES/DF está sendo examinada no Processo nº 21.539/2015, que se encontra sobrestado em razão da questão tratada no presente feito, no pertinente ao referido servidor.

*12. Concorde este **Parquet** com as conclusões relativas ao cumprimento do item V da Decisão em debate. Nada obstante, discordo do encaminhamento sugerido. Nesse particular, entendo que não há óbice para que o TCDF acompanhe o deslinde das medidas saneadoras no presente feito, até porque de fácil implementação e encerram as questões aqui trazidas à baila, envolvendo a PCDF e a SES/DF.*

13. Ante o exposto, o Ministério Público de Contas opina por que o e. Tribunal, em diligência, acolha as sugestões da Unidade Técnica, com o acréscimo da parte final do parágrafo 10 supra.”

É o Relatório.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.8



VOTO

17. Nesta fase examina-se o cumprimento das seguintes deliberações:

- à **Polícia Civil do DF - PCDF**: cientificar o servidor José Henrique da Silva acerca da impossibilidade da manutenção da acumulação de proventos, fixando-lhe o prazo de 10 (dez) dias, conforme estabelece o art. 133 da Lei nº 8.112/90, para optar por uma das aposentadorias (**inciso III da Decisão nº 3.245/16-CPM, reiterado pelo inciso II da Decisão nº 5.878/16-CPM**);
- à **Secretaria de Estado de Saúde do DF – SES/DF**: concluir as providências necessárias ao cumprimento do inciso VI¹ da Decisão nº 855/15-CPM e informar: a) o período de apuração considerado; b) o somatório, por exercício, dos valores percebidos a título de auxílio-alimentação; c) os índices de atualização empregados no cálculo do valor a ser ressarcido (**inciso IV da Decisão nº 3.245/16-CPM**);

18. A Polícia Civil do DF encaminhou o Ofício nº 58/2017 – DGP, noticiando a opção feita pelo servidor (fls. 1.500/1.503), e a Secretaria de Estado de Saúde remeteu os documentos de fls. 1.481/1.496.

19. O Corpo Técnico sugere o atendimento das diligências, determinações à Secretaria de Estado de Saúde e o arquivamento dos autos.

20. O **Parquet** especializado entende que a Corte deve conhecer da opção do servidor José Henrique da Silva em manter os proventos da aposentadoria efetivada pela Secretaria de Estado de Saúde, bem como defende que as determinações a serem dirigidas à Secretaria de Estado de Saúde do DF devem ser acompanhadas nestes autos.

¹ “VI – determinar à Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal que, no prazo de 60 (sessenta) dias, informe acerca da **devolução dos valores percebidos em duplicidade pelos servidores** Alexandre França Ricciardi, Simone Correa Rosa, Erudith Mendes Rocha Curado, Márcia Schelb, Cristiane Alves Costa, Elvis Adriano da Silva Oliveira, Marise Helena Frigini Da Silva, Ricardo César Frade Nogueira, Vilson de Matos Lima E Cristiano Gonçalves Fleury Curado, disso dando ciência ao Tribunal;” (grifei)



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.8



21. Passa-se à apreciação da matéria.

22. Correta a proposta do Órgão Ministerial de tomar conhecimento da opção feita pelo servidor. Entretanto, em que pese a existência de divergências relacionadas, por exemplo, a valores a ressarcir, **ora a maior ora a menor**, data final de apuração e não comprovação das restituições de dois servidores, as medidas saneadoras, a cargo da Secretaria de Estado de Saúde, podem ser averiguadas em futura auditoria, **sem nenhum comprometimento às atividades do Controle Externo**.

23. Por fim, registra-se que a documentação encaminhada também demonstrou-se suficiente para atendimento do inciso III² da Decisão nº 384/17-CIMF, exarada no âmbito do Processo nº 9.196/15³, que analisou o pagamento em duplicidade de auxílio-alimentação a servidores da corporação policial.

Com estes esclarecimentos, de acordo, em parte, com os Pareceres, VOTO no sentido de que o Tribunal:

I. tome conhecimento:

a) dos documentos de fls. 1481/1514;

b) da opção realizada pelo servidor José Henrique da Silva em manter os proventos da aposentadoria efetivada pela Secretaria de Estado de Saúde, deixando, em decorrência, de receber os proventos concedidos pela Polícia Civil do DF;

II. considere cumpridos os incisos III e IV da Decisão nº 3.245/16, reiterada parcialmente no inciso II da Decisão nº 5.878/16, bem como o inciso III da Decisão nº 384/17;

III. determine à Secretaria de Estado de Saúde que, observando os postulados do contraditório e da ampla defesa,

² Decisão nº 384/17-CIMF “III – determinar à PCDF que, no prazo de 60 (sessenta) dias, em relação ao “Auxílio-Alimentação” (item III.d da Decisão nº 5.943/2015) percebido em duplicidade pelos servidores Alexandre Franca Ricciardi e Kesley Maciel Nunes Coelho, cesse o pagamento do benefício, e, quanto a estes e às servidoras Simone Correa Rosa e Marcia Schelb, faça o levantamento dos valores pagos indevidamente, adotando, ainda, providências para seu ressarcimento, medida que será objeto de acompanhamento no Processo nº 20.975/2013;”

³ Auditoria de pessoal ativo, realizada pela antiga Secretaria de Estado de Transparência e Controle do Distrito Federal (atual Controladoria-Geral do Distrito Federal) e na Polícia Civil do Distrito Federal - PCDF, no exercício de 2013. Arquivo Central.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.8



adote as seguintes providências necessárias ao exato cumprimento da lei, o que será objeto de verificação em futura auditoria:

a) recalcule as atualizações monetárias dos valores recebidos em duplicidade, a título de Auxílio-Alimentação, pelos servidores Alexandre Franca Ricciardi, mat. nº 27860-6, Cristiane Alves Costa, mat. nº 128100-3, Cristiano Gonçalves Fleury Curado mat. nº 1658675-1, Elvis Adriano da Silva Oliveira, mat. nº 129217-X, Marcia Schelb, mat. nº 185964-1, Marise Helena Frigini da Silva, mat. nº 129521-7, Ricardo Cesar Frade Nogueira, mat. nº 131495-5, Simone Correa Rosa, mat. nº 137951-8 e Vilson de Matos Lima, mat. nº 129558-6, utilizando os critérios previstos na Lei Complementar nº 435/11 e Emenda Regimental nº 13/03, atentando que a correção deve ser feita até a data do efetivo pagamento do valor, efetuando os acertos devidos em razão do que for apurado;

b) inclua nos valores a ressarcir dos servidores Alexandre Franca Ricciardi, mat. nº 127860-6, Cristiane Alves Costa, mat. nº 128100-3, Marise Helena Frigini da Silva, mat. nº 129521-7, Ricardo Cesar Frade Nogueira, mat. nº 131495-5, e Vilson de Matos Lima, mat. nº 129558-6, a quantia de R\$ 69,00 (sessenta e nove reais), recebida em junho de 2013, como diferença de Auxílio-Alimentação, o qual deve ser devidamente corrigido monetariamente, consoante procedimento indicado na alínea “a”;

c) exclua da apuração do total a ser devolvido pela servidora Erudith Mendes Rocha Curado, mat. nº 164015-1, os valores pagos como Auxílio-Alimentação referentes a janeiro e fevereiro de 2011, haja vista o prescrito na alínea “d”, do inciso V da Decisão nº 1.211/14; e

d) justifique ou retifique as parcelas de devolução do servidor Vilson de Matos Lima, mat. nº 129558-6, visto que valor atualmente descontado é inferior à décima parte da sua remuneração, em desacordo com o previsto no art. 119, § 1º, inciso II, da Lei Complementar nº 840/11;



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.8



IV. dê ciência à Polícia Civil do DF que a devolução dos valores indevidamente recebidos, a título de Auxílio-Alimentação, pelo servidor Kesley Maciel Nunes Fonseca, mat. nº 224523-X, será verificada em futura auditoria;

V. autorize:

a) a remessa de cópia deste Relatório/Voto à Secretaria de Estado de Saúde e à Polícia Civil do DF para conhecimento e para subsidiar a adoção das providências determinadas;

b) o retorno dos autos à Secretaria de Fiscalização de Pessoal para fins de arquivamento.

Sala das Sessões, 30 de maio de 2017.

JOSÉ ROBERTO DE PAIVA MARTINS
Conselheiro-Relator

Distribuição de cópias antecipadas